



DOSSIÊ
MUSEUS NACIONAIS

O POVO NO MUSEU¹

JOÃO LEAL

Centro em Rede Investigação em Antropologia (Universidade Nova de Lisboa) | joao.leal@fcsh.unl.pt

Resumo

Este artigo procura dar conta das sucessivas tentativas de musealização da cultura popular portuguesa no período que se estende desde 1870 a 1970. Nele começam por ser tratadas os primeiros ensaios – falhados – de fazer entrar o povo no museu, primeiro no quadro do Museu Etnográfico – e depois Etnológico – Português e depois no quadro do Museu de Arte Popular. Na parte final do artigo aborda-se a criação do Museu de Etnologia do Ultramar – depois Museu Nacional de Etnologia – e o modo como, apesar da sua orientação ultramarina, ele permitirá – finalmente – que a cultura popular portuguesa se instale no espaço do museu.

Palavras-chave

Antropologia | Etnografia | Cultura Popular | Povo | Museu Etnológico Português | Museu de Arte Popular | Museu Nacional de Etnologia | Leite de Vasconcelos | Jorge Dias

Abstract

This paper address the several attempts made between 1870 and 1970 to launch a national museum centered on Portuguese folk culture. In the first part of the paper I address the initial attempts to bring Portuguese traditional culture into the space of the museum, through the creation of the Portuguese Ethnological Museum and the establishment of the Museum of Folk Art. In the final part of the paper I concentrate in the creation of the Ethnological Museum of “Ultramar” (Portuguese oversea territories) – later renamed National Museum of Ethnology – which, despite its colonial orientation, had a strong focus on Portuguese folk culture.



Galeria de exposições permanentes

Foto de José Pessoa

© Divisão de Documentação

Fotográfica – Instituto dos Museus
e da Conservação, I.P.

A antropologia portuguesa nasce, nos anos 1870/1880, sob o signo do estudo da literatura e das tradições populares. O seu território era – para recorrer a uma designação actual – o da cultura imaterial. Era, nessa medida, uma antropologia imune a objectos e a museus. Gradualmente, os antropólogos portugueses – continuando a fazer do povo rural o seu objecto único de indagação – ir-se-ão entretanto interessar por outros campos de pesquisa. Nesse processo de diversificação da agenda antropológica ocupará desde cedo papel de destaque aquilo que progressivamente irá sendo chamado de cultura material: um conjunto diversificado de objectos – e dos modos de fazer a eles associadas – que, ou documentavam as fainas e tecnologias associados ao modo de vida rural, ou eram testemunhos das capacidades artísticas do povo.²

Três grandes momentos podem ser surpreendidos nesse processo de tematização da cultura material. O primeiro ocorre na viragem do século XIX para o século XX e tem como principais protagonistas dois antropólogos – Adolfo Coelho e Rocha Peixoto – que embora tenham iniciado a sua carreira sob o signo do estudo da literatura e das tradições populares, começarão, a partir dos anos 1890, a alargar o campo dos seus interesses.

Adolfo Coelho teve a esse respeito um duplo papel. Foi ele, por um lado, que chamou a si a tarefa de enunciar programaticamente a necessidade do alargamento temático da antropologia portuguesa, em artigos como “Esboço de um Programa de Estudos de Etnologia Peninsular” (1993a), “Exposição Etnográfica Portuguesa” (1993b) ou “Tradições Populares Portuguesas. A Caprificação” (1993c). Nesses ensaios, a par de uma visão ampla da antropologia portuguesa,

Nota 1

Para a elaboração deste artigo beneficiei das indicações bibliográficas e sugestões de Vera Alves e Paulo Costa, a quem agradeço. Agradeço também à Cláudia Castelo o acesso a artigos e outra documentação de sua autoria sobre a Missão de Minorias Étnicas do Ultramar Português e o Centro de Estudos Políticos e Sociais.

Nota 2

Para uma visão de conjunto da antropologia portuguesa entre 1870 e 1970 ver Leal 2000 e Leal 2006.

Corna alentejana

Foto de Matthias Tissot

© Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia



Adolfo Coelho insiste sempre na importância dos estudos sobre a cultura material do povo. Esta concepção aberta da antropologia reencontra-se – embora de modo pontual – na produção concreta de Adolfo Coelho, que, em particular a partir dos anos 1890, se abrirá para temas relacionados com a cultura material, como o mostram o já mencionado “Tradições Populares Portuguesas. A Caprificação” e ainda a “Alfaia Agrícola Portuguesa” (1993d).

Mas é sobretudo em Rocha Peixoto que essa reorientação para o domínio da cultura material é mais evidente. De facto a parte mais significativa da sua obra etnográfica encontra-se estruturada em torno de estudos – na maior parte dos casos pioneiros – sobre tópicos como a olaria, a iluminação popular, os ex-votos, o traje popular, as filigranas, etc. Reunido postumamente no Volume I das suas *Obras* (1967) e posteriormente reeditado sob o título *Etnografia Portuguesa* (1990), este conjunto de estudos constitui a melhor ilustração da importância que o domínio da cultura material ocupou em Portugal na viragem do século XIX para o século XX.

Um segundo momento do processo de tematização da cultura material na antropologia portuguesa ocorre nos anos da I República. Entre os seus principais protagonistas contam-se Vergílio Correia, Luís Chaves e – embora em lugar mais discreto – Leite de Vasconcelos. Mas enquanto em Rocha Peixoto o interesse pela cultura material era um interesse razoavelmente alargado e diversificado – abrangendo tanto as tecnologias tradicionais como o campo da arte popular – os etnógrafos da I República vão mais exclusivamente focar-se na arte popular e mais do que cultores da etnografia serão sobretudo cultores daquilo a que na época se chamava “etnografia artística”. A obra de Vergílio Correia é, a esse respeito, uma das mais consistentes, abrangendo tópicos como os trabalhos de tear, a arte pastoril, formas de ornamentação popular, a arte das salinas ou o carro rural. Simultaneamente, outros autores trouxeram para o campo da etnografia portuguesa objectos como os tapetes de Arraiolos – estudados por D. Sebastião Pessanha – ou os bonecos de Estremoz, alvo do interesse de D. Sebastião Pessanha e Luís Chaves. Leite de Vasconcelos, para além de alguns artigos sobre temas de etnografia artística escreverá também sobre a figa e o signo saimão (Vasconcelos 1996).

Um terceiro momento do processo de tematização da cultura material ocorre a partir da segunda metade dos anos 1940 na sequência do trabalho de Jorge Dias e da sua equipa, integrada, entre outros, por Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira. Como se sabe o programa de pesquisa desta equipa era muito ambicioso e razoavelmente diversificado, recobrando, para além de estudos de conjunto da cultura portuguesa, tópicos como as comunidades de montanha do norte de Portugal, a vida pastoril, a arquitectura popular, as festividades e cerimónias cíclicas, o culto dos mortos, etc. Mas um dos núcleos estruturantes da pesquisa de Jorge Dias e da sua equipa teve mais uma vez a ver com a cultura material e em particular com as tecnologias tradicionais do mundo rural português. O sinal de partida foi dado pela publicação de *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens* (1948), da autoria de Jorge Dias. Na sua sequência,

Jorge Dias e os seus colaboradores irão desenvolver um projecto de levantamento sistemático das tecnologias tradicionais portuguesas que dará origem a um conjunto de mais de uma dezena de monografias, recobrando domínios como os aparelhos de elevar água da rega, os moinhos e azenhas, os sistemas de armazenagem e secagem dos cereais – com destaque para os espigueiros – os sistemas de atrelagem de bois, as actividades agro-marítimas, a alfaia agrícola ou a tecnologia tradicional do linho. As raízes deste extenso trabalho de pesquisa remontam, por um lado, à agenda da etnologia europeia dos anos do pós-guerra, dominada por grandes projectos de cartografia etnográfica centrados designadamente em elementos da cultura material. Mas têm directamente a ver, por outro lado, com o peso que nas prioridades de pesquisa definidas por Dias e pelos seus colaboradores tinham as recolhas centradas em elementos da cultura tradicional vistos como mais ameaçados pelas transformações tecnológicas e sociais nos campos portugueses.

Em consequência, dezenas de milhares de páginas foram dedicadas pela equipa de Jorge Dias à pesquisa das tecnologias tradicionais portuguesas.

O povo etnográfico e o povo arqueológico

Ao mesmo tempo que assinalam as principais etapas de tematização da cultura material camponesa no interior do espaço disciplinar da antropologia, estes diferentes momentos estão também associados à emergência de diferentes projectos museológicos.

A viragem do século XIX para o século XX será marcada pelo desenvolvimento dos primeiros projectos desse tipo. Alguns deles – à semelhança das exposições de indústrias populares organizadas por Joaquim de Vasconcelos no decurso dos anos 1880 – não envolvem directamente as figuras centrais da etnografia portuguesa da época. É o que se passa com a exposição *Alfaia Agrícola Portuguesa*, organizada em 1894 na Ajuda (Lisboa). Mas a consciência de que a exposição e o museu eram instrumentos importantes no desenvolvimento da antropologia portuguesa não deixa de estar presente nos etnógrafos mais destacados da época. Adolfo Coelho, para além de um ensaio sobre a exposição *Alfaia Agrícola Portuguesa* (Coelho 1993d), apresentará também um plano para uma “Exposição Etnográfica Portuguesa” (Coelho 1993b). Quanto a Rocha Peixoto desempenhará funções de chefia no Museu Municipal do Porto, que compreendia uma secção etnográfica e fundará também um pequeno museu etnográfico no Club Naval Povoense (Póvoa do Varzim). De resto a orientação da pesquisa de Peixoto para temas da cultura material não pode ser entendida – como é referido pelo seu biógrafo Flávio Gonçalves (1967) – sem as exposições de indústrias populares a que Joaquim de Vasconcelos esteve ligado, que culminarão na criação do Museu Industrial e

Nota 3

Para uma visão de conjunto da história do Museu Etnológico Português, cf. Gouveia 1997. Ver também Branco 1995.



Desenho de cornucopia alentejana.

Desenho de João Saavedra Machado

© Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia

Comercial do Porto, dirigido também por Joaquim de Vasconcelos e onde as indústrias artesanais – ou caseiras – ocupavam lugar de relevo.

Entretanto, o passo de maior significado no sentido de franquear a entrada do povo no museu, será dado, em 1893, por intermédio da criação do Museu Etnográfico Português. Dirigido por Leite de Vasconcelos, o Museu será rebaptizado em 1897 de Museu Etnológico Português, nome que conservará até ao falecimento de Vasconcelos. Inicialmente sediado na Academia de Ciências de Lisboa, será instalado em 1903 no Mosteiro dos Jerónimos e abrirá ao público no ano seguinte.³

O projecto do Museu era de uma marcada ambição. Na sequência da sua criação, Vasconcelos fixa-lhe como objectivo “representar a parte material da vida do povo português – isto é, tudo o que a esse respeito etnicamente nos caracteriza” (1894/95: 13). Desde o princípio que um tal propósito foi enunciado não apenas por referência ao “presente etnográfico” do povo português mas também ao seu “passado arqueológico”. Por isso o Museu Etnográfico, explicava Vasconcelos, dividir-se-á “em duas secções: uma de *Arqueologia*, que compreenderá monumentos pertencentes ao espaço de tempo que vai desde as mais remotas eras até ao século XVII; outra *moderna*” (id: 14). Embora mais tarde o âmbito do Museu se amplie ainda mais, passando a incluir uma secção de antropologia física, por ocasião da sua criação as duas componentes principais do Museu – a arqueológica e a etnográfica – parecem ter sido concebidas de uma forma equilibrada. Assim, no artigo em que enuncia os objectivos do Museu e publicita de modo detalhado o seu projecto museológico, Vasconcelos consagra 27 páginas à arqueologia e 32 à etnografia. Para esta última o plano estabelecido é também ambicioso e compreende tópicos como: desenho e modelos de edificações, mobília e objectos caseiros, vestuário e objectos correlativos, comidas e objectos correlativos, religião e usos funerários, divertimentos e festas, vida agrária, vida marítima e ocupação da pesca, aprestos de caça, e, a fechar, belas artes populares e artes industriais. No mesmo artigo, Vasconcelos sublinha o particular valor patriótico da secção etnográfica: “o nosso país possui bastantes elementos seus, com feição genuinamente portuguesa” e competiria ao Museu, numa época de descrença nacional, mostrar que “há ainda entre nós alguma coisa (...) na qual se imprimiu indelevelmente o cunho nacional” (id: 76).

Apesar deste inicial desenho equilibrado, na prática, a arqueologia rapidamente remeterá para plano secundário a etnografia. As primeiras colecções que darão entrada no Museu são colecções arqueológicas e embora posteriormente se tenham desenvolvido as colecções etnográficas – designadamente em resultado da acção desenvolvida por Vergílio Correia e Luís Chaves no quadro do Museu – o que é certo é que, não apenas o crescimento das colecções etnográficas foi sempre inferior ao das colecções arqueológicas, como o espaço concedido no Museu à arqueologia subalternizou sempre o espaço reservado à sua secção etnográfica. Assim, em 1910, a etnografia, que partilhava com a antropologia física o terceiro e último pavimento do edifício, era eclipsada pelas secções consagradas às “épocas pré-histórica, proto-histórica e romana” – isto é, à arqueologia – instaladas no espaço mais

nobre do Museu e ocupando um total de dois pavimentos. Embora a situação tenha posteriormente evoluído, a etnografia nunca conseguirá recuperar esta sua desvantagem inicial.

Como viria a escrever Vergílio Correia, o Museu Etnológico Português seria menos um museu etnográfico do que um “Museu das Antiguidades Nacionais” (Correia 1936). Vergílio Correia não está sozinho nesta sua constatação. Escrevendo em 1950 sobre o conteúdo etnográfico do Museu, D. Sebastião Pessanha encara-o também como uma oportunidade perdida para a etnografia portuguesa:

este não é ainda, nem poderia ser, aquele Museu Etnográfico Nacional com que sonho há largos anos. (...) Nem aqui se reuniu, em tempo próprio, o material científico indispensável aos estudos etnográficos, nem o que está exposto consegue documentar suficientemente, em qualquer dos seus aspectos a vida material e espiritual das nossas populações rurais, nem o meio geográfico em que habitam e trabalham (1950: 13).

De resto, o próprio Leite de Vasconcelos tinha consciência dessa menorização a que a etnografia tinha sido condenada. Em 1905, por exemplo, em contraste com a riqueza do espólio arqueológico do Museu, a secção de etnografia portuguesa – “em vias de organização” – é objecto de um comentário esclarecedor por parte de Vasconcelos: “por agora, não posso senão assinalar pouca coisa” (1915: 103). Da mesma forma, em 1915, Leite de Vasconcelos refere que a etnografia, já implantada no terceiro piso do edifício, possui uma “instalação meramente provisória, à falta de sala apropriada” (id: 202). E embora o espólio etnográfico tenha entretanto crescido, são inúmeras as referências a peças que “seria bom adquirir” ou a áreas da etnografia portuguesa relativamente às quais “não é muito o que o Museu tem”. Não é por isso de estranhar que na sua *Etnografia Portuguesa* ao referir-se aos 5.090 objectos que integravam em 1928 a secção etnográfica do Museu, Vasconcelos acrescente de imediato: “quão longe (...) estamos ainda de museus, como, por exemplo, o de Estocolmo (...), tão copioso, e tão bem coordenado e acomodado” (1933: 41).

As razões para esta secundarização da etnografia são certamente várias. Mas não podem ser desligadas do peso que a arqueologia ocupou, nos anos mais importantes de desenvolvimento das colecções do Museu, na actividade de pesquisa de Leite de Vasconcelos. A viragem de Vasconcelos para a arqueologia remontava a 1885, ano a partir do qual os temas arqueológicos irão secundarizar os temas etnográficos na sua pesquisa. Mas acentuar-se-á a partir da criação do Museu Etnográfico. Este irá originar um comprometimento ainda mais profundo do autor com a arqueologia, simultâneo de um afastamento pronunciado em relação à etnografia, à qual Vasconcelos só regressará de forma mais continuada após a sua aposentação, quando inicia a redacção da *Etnografia Portuguesa* (1933, 1936, 1942).

Nesse sentido, como sugeria D. Sebastião Pessanha, o Museu Etnográfico – e depois Etnológico – Português foi uma oportunidade perdida no



Presépio, com mais uma figura,
Museu de Arte Popular
Foto José Pessoa
© Divisão de Documentação Fotográfica
– Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.

desenvolvimento da antropologia em Portugal. O povo que nele estava não era o povo etnográfico mas o povo arqueológico. Não era o povo da *Etnografia Portuguesa* mas o povo das *Religiões da Lusitânia*. E se o Museu foi razoavelmente feliz na ratificação arqueológica dos lusitanos como antepassados nacionalistas dos portugueses, foi mais infeliz na construção simultânea de um discurso que ligasse “patrioticamente” – como Vasconcelos tinha sugerido em 1894 – vida popular e nacionalidade.

Um povo ameno e festivo

Concentrando-se na arte popular, os etnógrafos da I República foram particularmente sensíveis aos objectos e às suas potencialidades museográficas. Se percorrermos aquela que é a revista mais representativa da etnografia desses anos – *A Terra Portuguesa*, a que estiveram ligados, entre outros, D. Sebastião Pessanha e Vergílio Correia – somos confrontados com o modo como a atenção dada aos objectos que integravam o domínio da arte popular era uma atenção à exposição – no sentido lato da expressão – desses mesmos objectos. A insistência no desenho etnográfico – que conhece então um período de grande desenvolvimento – mostra esse apetite pela exposição, que se reencontra também na predominância de uma escrita de perfil marcadamente visual.

É no interior desse quadro que se pode entender a insistência dos etnógrafos da I República na exposição – agora em sentido estrito – do popular. Essa insistência dará nomeadamente origem a algumas exposições, entre as quais se destaca aquela que D. Sebastião Pessanha organizou sobre os tapetes de Arraiolos. Provavelmente é também ela a responsável pelo desenvolvimento do coleccionismo particular ao longo deste período (cf. Vasconcelos 1933: 41-42). Finalmente, será ela que estará também na origem de uma parte significativa da colecção etnográfica do Museu Etnológico Português, designadamente em resultado da acção de Vergílio Correia e de Luís Chaves. Vergílio Correia foi, entre 1912 e 1915, conservador do Museu e como refere Vera Alves, é desta altura que datam os seus escritos sobre os pesos de tear (...) ou a arte no sal (...). Terá sido, assim, também em função da constituição de colecções para a secção etnográfica daquele museu que se desenvolveu a [sua] investigação (...) em torno da arte rústica” (Alves 2007: 209). Quanto a Luís Chaves

foi (...) no contexto da reunião do espólio etnográfico desta instituição que, ainda nos anos 10, dá início às suas incursões na arte popular (...). Publica, então, um texto sobre a colecção de ex-votos do [Museu Etnológico Português] (...) [e] ao mesmo tempo que Sebastião Pessanha encomendava para a sua colecção particular um jogo completo de figuras de presépio de Estremoz (...), Chaves adquiria peças similares (...) para o Museu Etnológico (id).

Entretanto, como foi anteriormente referido, os esforços de Vergílio Correia e Luís Chaves foram insuficientes para contrariar a vocação arqueológica

do Museu Etnológico Português e apesar da apetência dos etnógrafos da I República pela exposição do popular, o salto para um Museu exclusivamente consagrado às coisas populares não foi, durante a I República, dado.

Seria preciso esperar pelo Estado Novo e por António Ferro para que um novo passo nessa vontade de musealização da cultura popular, à luz das preocupações de pesquisa dos etnógrafos da I República, pudesse ser tentado, por intermédio da criação, em 1948, do Museu de Arte Popular.

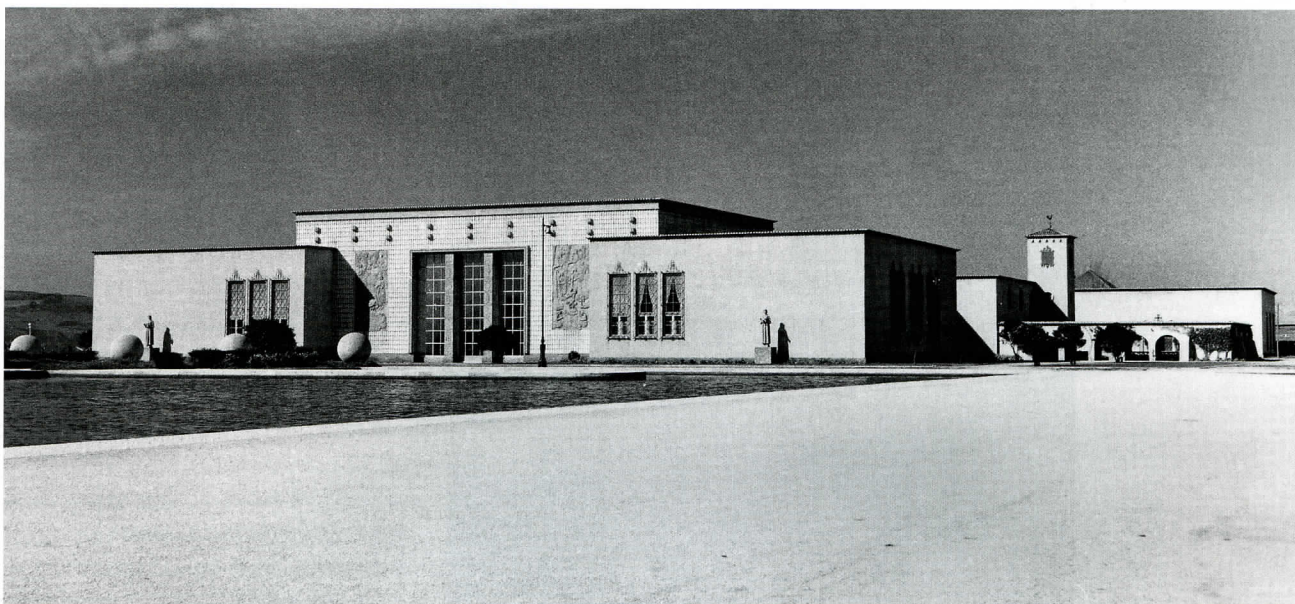
Pode parecer à primeira vista estranha esta ascendência “republicana” do Museu de Arte Popular. Em geral o que é sublinhado pela historiografia do período é o modo como o Estado Novo nasce e se afirma em ruptura política com a I República. Mas essa ruptura não deixa de se articular com numerosas continuidades, nomeadamente do ponto de vista cultural. É o que se passa justamente com a chamada etnografia do Estado Novo. Entre ela e a etnografia da I República há antes de mais continuidade de nomes, como resulta das colaborações de Vergílio Correia e de Luís Chaves com iniciativas várias promovidas pelo SPN/SNI. Mas mais importante do que isso, há também continuidade nos interesses e modos de tratamento da matéria etnográfica. Por um lado mantém-se a fixação na arte popular como núcleo estruturador do empreendimento etnográfico. Por outro lado, prossegue e até se reforça o tratamento artístico e nacionalista dado ao tema. O que muda é a súbita visibilidade pública da cultura popular resultante do marcado interesse do estado na sua utilização política.

É neste quadro que nasce – em grande medida como resultado do empenho de António Ferro – o Museu de Arte Popular. Embora a ideia da sua criação remonte a 1935, só em 1948, na sequência da Exposição do Mundo Português, o Museu abre as portas. Entretanto o povo que vai entrar no Museu de Arte Popular é um povo peculiar. Por um lado é um povo moldado à ima-

Museu de Arte Popular

© Divisão de Documentação Fotográfica

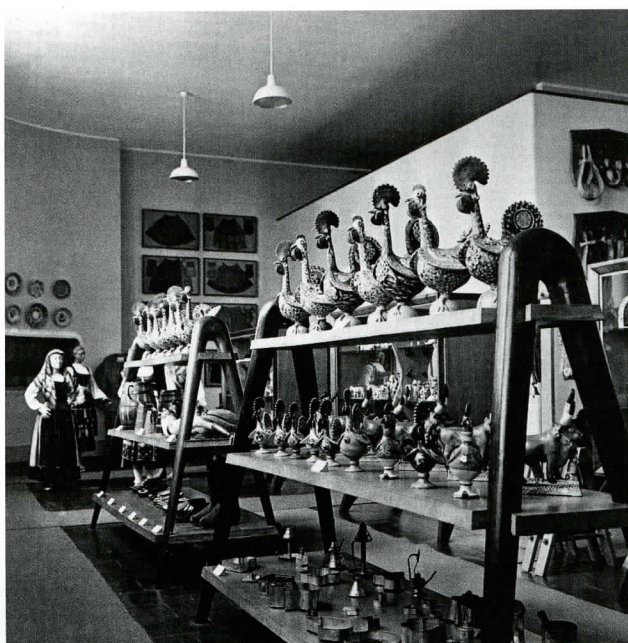
– Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.



gem do Estado Novo. É um povo ameno e alegre, desenhado de forma eminentemente decorativa e bom para representar a identidade nacional do país nos termos da ideologia folclorista do Estado Novo. E é também um povo cuja representação museológica, como mostrou Vera Alves, resulta de opções pessoais do seu director, Francisco Laje, muitas vezes em contra-mão com alguns dos etnógrafos que, vindos da I República, colaboravam com as actividades do SPN/SNI e que viam o Museu como uma oportunidade para uma representação mais documentada da cultura popular portuguesa. Por isso, tanto D. Sebastião Pessanha como Luís Chaves – que haviam sido anteriormente consultados para o estabelecimento do projecto museológico do Museu – acabaram por se demarcar dele. Ao Museu, segundo Luís Chaves “faltava a ‘sistematização científica, porque lha não quiseram dar’ (...). O critério que teria presidido à realização do Museu de Arte Popular, diz ainda (...), fora o da simples ‘sugestão estética’, razão pela qual se optou pelas mais rudimentares regras de arrumação dos objectos: ‘pelas regiões corográficas, e nestas as da aproximação de espécies afins’” (Alves 2007: 160).

O Museu de Arte Popular acaba assim por ser visto por muitos daqueles que saudaram a sua criação como uma desilusão, com o decorativismo a fechar as portas a um esforço mais sistematizado de documentação etnográfica.

À sua maneira, pois, a história do Museu de Arte Popular é, tal como a história do Museu Etnológico Português, uma história de insucesso. Mais uma vez o povo – agora já não o povo arqueológico de Leite de Vasconcelos mas o povo etnográfico com raízes na etnografia da I República – é convidado a entrar no Museu, mas acaba por ficar à sua porta. Em sua vez, o Museu de Arte Popular dará guarida a um povo esteta e feliz, devidamente domesticado pela ideologia “nacional-popular” do Estado Novo.



Sala do Minho. Galos de Barcelos

© Divisão de Documentação Fotográfica

– Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Ultramar e metrópole

No mesmo ano em que o Museu de Arte Popular abre as portas, Jorge Dias publica a primeira das muitas monografias que ele e os seus colaboradores dedicarão às tecnologias tradicionais: *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens* (Dias 1948). Ao longo da década de 1950, esse investimento de Jorge Dias no estudo das tecnologias tradicionais do mundo rural português manter-se-á, como o comprovam as monografias sobre *Os Aparelhos de Elevar Água da Rega* (Dias & Galhano 1953), os *Sistemas Primitivos de Moagem* (Dias, Oliveira & Galhano 1959a, 1959b) e, já em 1963, *Os Espigueiros Portugueses* (Dias, Oliveira & Galhano 1963). É também nessa década que é publicada a sua mais famosa monografia, *Rio de Onor* (Dias 1953a). O compromisso de Dias com os terrenos portugueses estendeu-se ainda ao estudo da encomendação das almas (Dias & Dias 1950, 1956) e à história da etnologia em Portugal (Dias 1952) e foi também então que publicou os seus dois grandes estudos de síntese sobre a cultura portuguesa: “Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa” (Dias 1953b) e, já em 1960, o “Tentâmen de Fixação das Grandes Áreas Culturais Portuguesas” (Dias 1960).

Mas ao mesmo tempo que assinala uma das fases mais produtivas da pesquisa de Jorge Dias sobre Portugal, a década de 1950 marca também o crescente envolvimento de Jorge Dias com um projecto antropológico mais ambicioso, que o irá afastar progressivamente dos terrenos portugueses. Segundo João Lupi, a partir de 1952 Jorge Dias “tinha cada vez menos tempo para acompanhar o grupo do Centro de Estudos de Etnologia nas suas expedições etnográficas” (Lupi 1984: 37) e simultaneamente o seu portfolio antropológico ganhava crescente diversidade. Para além dos seus contactos com o grupo de etnólogos europeus da Comissão Internacional das Artes e Tradições Populares (de que veio a ser secretário geral), Jorge Dias amplia a sua inserção na comunidade antropológica internacional, designadamente com deslocações aos EUA e ao Brasil. A partir de 1952, começa também a ensinar etnologia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se manterá até 1956, ano em que passa a ensinar antropologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (antiga Escola Superior Colonial, mais tarde ISCSPU). Em Letras será o regente, a partir de 1958, das cadeiras *Etnologia Geral* e *Etnologia Regional*, enquanto no ISEU teve a seu cargo as disciplinas de *Antropologia Cultural* e *Instituições Nativas* (mais tarde rebaptizada de *Instituições Regionais*). Como decorre das designações destas cadeiras, os interesses antropológicos de Dias parecem agora mais descolados de Portugal, facto que é igualmente confirmado pelo crescente número de artigos de perfil mais teórico que publicará entre 1952 e 1960.

O crescente envolvimento de Jorge Dias com uma perspectiva mais larga da antropologia irá coincidir, a partir de 1956, com a necessidade que o Estado Novo sentia de responder aos desafios colocados por uma conjuntura internacional dominada pela auto-determinação das ex-colónias europeias. Um desses desafios tinha a ver com a “urgência de actualização e sobretudo de

Nota 4

Cf. ainda o volume que Viegas Guerreiro consagrou à "Sabedoria, Língua, Literatura e Jogos" maconde (Guerreiro 1966).

VIDA E ARTE
DO
POVO
MACONDE

NA SALA DE EXPOSIÇÕES DO
SECRETARIADO NACIONAL DA INFORMAÇÃO
PALÁCIO FOZ
FEVEREIRO-1959

Capa do catálogo da exposição Vida e Arte do Povo Maconde, Palácio Foz, Lisboa, 1959

© Arquivo Museu Nacional de Etnologia

investigação sobre a realidade social das colónias e os problemas políticos postos pela nova conjuntura internacional" (Castelo 2010). Além de ter estado provavelmente na origem do convite que levou Dias para o ISEU, esse desafio conduziu à criação em 1956, no âmbito da Junta de Investigações do Ultramar, do Centro de Estudos Políticos e Sociais, chefiado pelo então professor do ISEU e futuro Ministro do Ultramar Adriano Moreira. Tendo já convidado Jorge Dias para o ISEU, Adriano Moreira irá também convidá-lo em 1957 para dirigir a recém-criada Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, ao abrigo da qual realizará, com Margot Dias e Manuel Viegas Guerreiro, a sua pesquisa entre os macondes do norte de Moçambique. Culmina assim um processo em que, partindo da etnografia portuguesa, Jorge Dias vai gradualmente ampliando os seus interesses de pesquisa até, finalmente, se instalar na antropologia africanista.

Dessa pesquisa, o produto mais conhecido são os três volumes da monografia que Jorge Dias em colaboração com Margot Dias (Dias 1964, Dias & Dias 1964, 1970) escreveu sobre os macondes e que são a primeira obra escrita em Portugal, do ponto de vista da antropologia cultural e social, sobre uma etnia da então África portuguesa.⁴

Mas, para além da monografia, da pesquisa de Dias entre os macondes resultaram também outros produtos. Um deles foram os relatórios – de antropologia aplicada – que Jorge Dias escreveu para o Ministério do Ultramar sobre a situação política, económica e social no planalto da Mueda (Pereira, Rui 1986, 1999), marcados por uma reprovação "em privado" do colonialismo português que é difícil encontrar noutros textos – mais "públicos" – de Jorge Dias. Simultaneamente, Jorge Dias procedeu, no decurso das suas missões no norte de Moçambique, à recolha de objectos relacionados com a vida maconde, da qual resultará a exposição *Vida e Arte do Povo Maconde* realizada em 1959 em Lisboa.

Será a partir dessa recolha que se terá afirmado mais resolutamente em Jorge Dias o projecto de criação do Museu que é hoje conhecido como Museu Nacional de Etnologia. Segundo Ernesto Veiga de Oliveira a opção de Jorge Dias e da sua equipa pelo estudo da cultura material do mundo rural português "apontava já para a criação de um museu etnográfico" (Oliveira 1989: 57). O envolvimento de Dias na criação de pequenos museus escolares – primeiro na Faculdade de Letras de Coimbra e depois no ISEU – deve ser também sublinhada (Gouveia 1997 Vol. II: 111). Mas será a partir da viragem ultramarina de Jorge Dias e da sua expedição entre os macondes que a ideia de criação de um grande Museu de Etnologia ganhará mais força. O "expressivo conjunto de objectos etnográficos representativos desse grupo étnico" recolhidos por Jorge e Margot Dias, de facto, teria sido reunido "já com a ideia de se vir a fazer um museu que faltava no complexo museológico do país" (Oliveira 1989: 57)

A ideia desse museu – que se começará por chamar Museu de Etnologia do Ultramar – era tanto mais fácil de implementar quanto faltava a Portugal um grande museu etnológico com representação de culturas não-europeias como aqueles que todas as principais potências coloniais europeias da altura

tinham. Em 1870 havia-se constituído um Museu Colonial, trasladado em 1880 para a Sociedade de Geografia, mas a sua natureza a-sistemática era por demais evidente. Sendo assim, estava aberto o terreno para a criação de um museu mais ambicioso, tanto mais que, desde 1945, o Ministério do Ultramar havia feito uma encomenda nesse sentido à Junta das Missões Geográficas e de Investigação Colonial (posteriormente Junta de Investigações do Ultramar). Do ponto de vista do Estado Novo, o objectivo, que a eminência e depois a eclosão da guerra colonial haviam tornado mais urgente, era o de erguer um Museu que expondo os “povos” do ultramar português fosse também um hino à expansão portuguesa. Como é sublinhado por Veiga de Oliveira: “no projecto governamental, este Museu seria voltado apenas para o ‘Ultramar’ (...) com uma finalidade explícita ou implícita de celebrar a expansão portuguesa no mundo” (id, ibid)⁵

O Museu começa por ser instalado, em 1960, no ISEU e em 1962 é criada uma Missão Organizadora do Museu do Ultramar junto do Centro de Estudos de Antropologia Cultural que, nessa mesma data, substituiu a Missão para o Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar e à frente do qual se manterá Jorge Dias. Na sequência dos trabalhos desta Comissão, será finalmente criado em 1965 o Museu de Etnologia do Ultramar, na dependência da Junta de Investigações do Ultramar e em estreita articulação com o Centro de Estudos de Antropologia Cultural, cujo director – Jorge Dias – era também, por inerência, o director do Museu.

Aquilo que hoje mais surpreende no decreto de criação do Museu (Decreto-Lei 46.254 de Março de 1965) é o seu tom sóbrio, o modo como cria um museu sem enunciar o seu âmbito de acção. Provavelmente tratou-se de uma solução de compromisso, visando salvaguardar dois projectos de museu que se parecem ter debatido silenciosamente tanto antes como depois da sua criação.

De facto, baptizado com o nome de Museu de Etnologia do Ultramar, o Museu não foi desde o seu início apenas isso. Para além do trabalho sobre tecnologias tradicionais realizado ainda com a intervenção de Jorge Dias, os seus colaboradores tinham continuado, depois de 1952, a trabalhar nesse terreno, alimentando a esse respeito – como decorre do testemunho de Veiga de Oliveira atrás citado – a esperança de um dia poderem dispor de um museu apropriado.

Por isso, Jorge Dias concebeu o Museu como um espaço onde, para além do ultramar, estivesse também representada a cultura popular portuguesa. Não é que Jorge Dias pareça discordar da vocação ultramarina do Museu. Em 1964 tinha mesmo escrito um artigo em que defendia a criação de um Museu que deveria

ter como finalidade suprema documentar a formação do povo português desde a proto-história e exprimir de maneira particular a sua expansão ultramarina e os vários contactos que ao longo do tempo foi estabelecendo com os múltiplos povos com que conviveu, de maneira a dar uma visão histórica ‘sui generis’ de um povo de camponeses, pastores e pescadores que se expandiu

Nota 5

Sobre o Museu de Etnologia do Ultramar, para além dos artigos de Ernesto Veiga de Oliveira e Benjamim Pereira referidos no texto ver ainda Pereira, Rui 1989 e Gouveia 1997.



Um aspecto das Galerias da Vida Rural, Reservas visitáveis, núcleo Agricultura, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 2000
© Arquivo de imagem do Museu Nacional de Etnologia



Um aspecto da sala de exposição
Modernismo e Arte Negro-Africana,
Lisboa, Museu de Etnologia, 1976
© Arquivo de imagem do Museu
Nacional de Etnologia

pelos cinco continentes da terra dando origem a variadíssimas formas de cultura e acabando por constituir uma Pátria pluri-racial extremamente original (Dias 1964: 19).

Mas, de acordo com Veiga de Oliveira, a concepção de Jorge Dias era também a de que o Museu pudesse

documentar não apenas os povos do Ultramar português, ou aqueles que os portugueses contactaram na época da sua maior expansão no mundo, e que de qualquer maneira sofreram a influência ou influíram na elaboração da cultura portuguesa, mas também a própria cultura de Portugal metropolitano, do modo mais amplo e completo possível e mesmo, no seu máximo desenvolvimento, as culturas de todos os povos da Terra – um autêntico Museu do Homem (Oliveira 1971: 29).

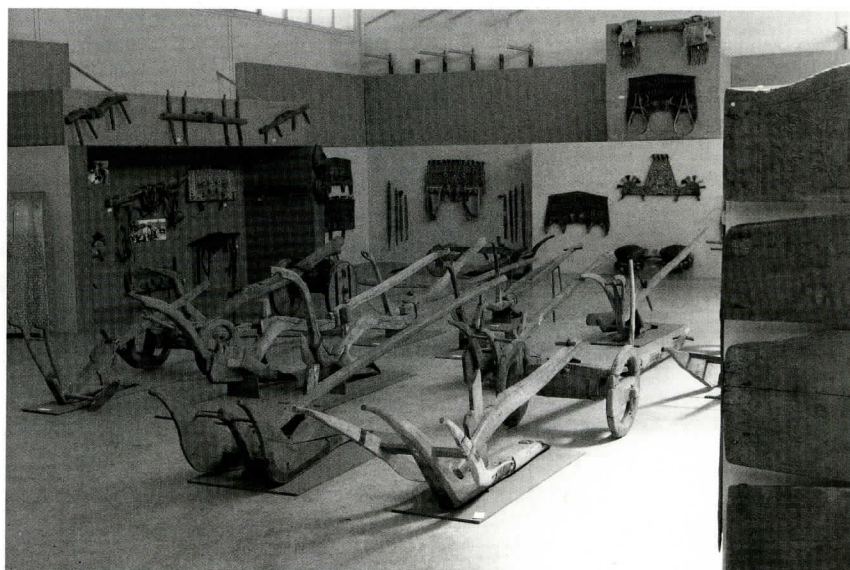
Seria pois um Museu onde ultramar e metrópole – e ainda outros lugares do mundo – deveriam estar representados.

Se a abertura do Museu para outros lugares do mundo – conduzida em grande parte por Vítor Bandeira – não parece ter suscitado grandes reservas por parte da tutela, outro tanto não se terá passado com a sua vocação metropolitana. De facto, do lado do poder, o interesse era sobretudo numa versão *aggiornata* do Museu Colonial que Portugal nunca tinha tido que permitisse completar a super-estrutura ideológica da narrativa colonial portuguesa. A cultura popular portuguesa era nessa visão algo de excedentário em relação àquilo que devia ser o perfil fundamental do Museu. Daí algumas dificuldades que o Museu enfrentará em sedimentar essa sua vocação mais estritamente metropolitana.

Assim, e “porque a orientação superior privilegiava os programas fundamentais de recolha no terreno ultramarino” (Pereira, Benjamim 1989: 558), a recolha de algumas importantes colecções de etnografia portuguesa teve que ser feita com recurso a fontes de financiamento exteriores à Junta de Investigações

Um aspecto da sala de exposição
Alfaia Agrícola Portuguesa, Palácio Burnay,
Lisboa, 1968

© Arquivo de imagem do Museu Nacional
de Etnologia



do Ultramar. E em 1973, nas vésperas da inauguração do Museu, a Junta, em nome da vocação ultramarina do Museu, ir-se-á opor à montagem de uma exposição centrada na *Vida Pastoril em Portugal*:

... dado que sendo Portugal um todo um todo uno e indivisível (...) independentemente da localização geográfica dos seus territórios (...) parece não fazer sentido que na inauguração de Museu do Ultramar se faça uma exposição com o título de '... em Portugal', e ela se refira apenas à parte de Portugal que o Museu legalmente não contempla (in Pereira, Benjamim 1989: 561).

Apesar destas dificuldades, uma das linhas de acção fundamentais do Museu Nacional de Etnologia não deixará de privilegiar os terrenos portugueses. Para além da sua articulação com o Centro de Estudos de Antropologia Cultural – consagrado aos terrenos ultramarinos – o Museu construiu uma relação com o Centro de Estudos de Etnologia – vocacionado para a pesquisa no território português – que permitiu que o estudo monográfico das tecnologias tradicionais fosse acompanhado da “selecção criteriosa e (...) aquisição dos espécimens que passavam a constituir conjuntos coerentes e representativos, de âmbito geral no país” (id: 557). Assim, como sublinha Benjamim Pereira, “a década de 1960/70 foi (...) decisiva na organização da maior parte das colecções portuguesas que hoje se encontram” (id: 558) no Museu. Foi então que surgiram, entre outras, as colecções sobre arados, sistemas de atrelagem do gado bovino, traje popular, “equipamento ligado ao ciclo do linho e da lã” (id: 559). Reflectindo a importância desta linha de trabalho, teve lugar em 1968, “por ocasião da reunião em Lisboa da conferência do grupo de *Etnologia Europaea*” (Oliveira 1983: 426), aquela que foi a primeira exposição portuguesa organizada no âmbito do Museu e consagrada à *Alfaia Agrícola Portuguesa*.

Isto é, apesar das resistências da tutela, o Museu de Etnologia do Ultramar constituiu-se num Museu em que Portugal e os terrenos portugueses ocuparam desde cedo um lugar de grande relevo. Pode nessa medida dizer-se que com a fundação daquilo que é hoje o Museu Nacional de Etnologia cumpriu-se

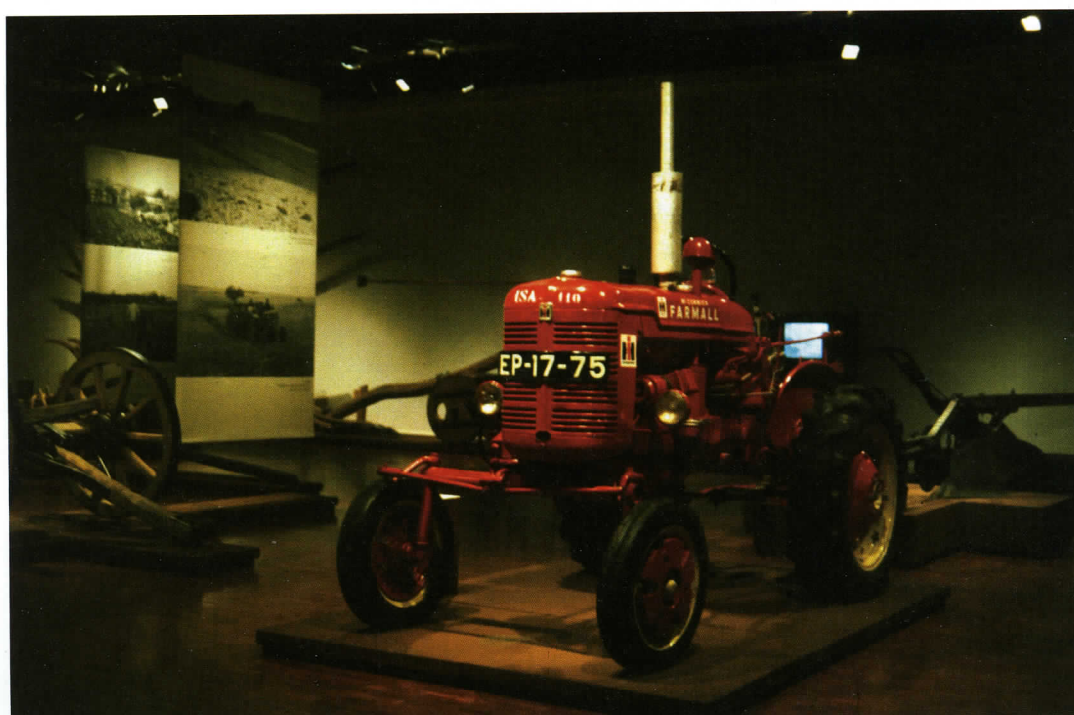
um terceiro – e decisivo – momento na relação entre povo e museu. Depois de dois convites frustrados, o povo entrava finalmente no Museu. De alguma forma pode dizer-se que essa entrada se fez a reboque de um projecto em que, da parte do poder político, o que contava era o ultramar. Mas não deixou por isso de ser a mais efectiva e ambiciosa tentativa de musealização da cultura popular portuguesa. Com ela, o povo sentou-se finalmente na primeira fila do espaço – povoado de vitrinas, de jogos de luz e de sombra, de legendas, catálogos e fotografias – de um Museu nacional português.

Rural, arrumado em áreas culturais que Jorge Dias e os seus colaboradores tinham entretanto identificado, o povo do Museu Nacional de Etnologia era também um povo peculiar. Embora fosse também um povo artístico – como o ilustram, por exemplo, as colecções sobre máscaras transmontanais ou sobre traje popular – era sobretudo um povo tecnológico: um povo de arados e abrigos pastoris de montanha, de teares e cangas de boi, de enxadas e trilhos. Em suma, um povo documentado sobretudo naquilo que na sua cultura testemunha de uma ligação material à terra. Finalmente instalado no Museu, esse povo, ao mesmo tempo que enraizava a identidade nacional portuguesa na materialidade da cultura popular, fazia-o – ironicamente – no momento preciso em que essa cultura começava a entrar em declínio.

Um aspecto da sala de exposição *O Voo do Arado*,

Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 1996

© Arquivo de imagem do Museu Nacional de Etnologia



Por isso, quando o Museu, após uma longa crise que se arrastou pelos anos 1980, reabre nos anos 1990, sob a direcção de Joaquim Pais de Brito, uma das exposições de maior impacto então organizada terá como título – sugestivo – *O Voo do Arado*. Orientada para as tecnologias tradicionais do mundo rural português, ela será um último e comovido adeus a um mundo que deixara entretanto de existir.

Conclusão

Recentemente, no Museu da Electricidade (Lisboa), teve lugar uma exposição subordinada ao título *Povo*. Como resulta tanto da exposição como do livro que a acompanhou – *Como se Faz um Povo* (Neves 2010) – os povos de que aí se falaram são muitos mais do que aqueles que foram tematizados pela antropologia de orientação ruralista que prevaleceu em Portugal até aos anos 1980. A esses povos outros povos poderiam ser acrescentados, alguns já razoavelmente identificados pela nova antropologia portuguesa que se afirmou em Portugal nas últimas duas décadas. Nesses povos, para além de camponeses, cabem imigrantes e emigrantes, associativismo popular e presos, cultura pimba e memórias operárias, novos artesãos e lutas populares. O desafio que fica é o de pensar os modos de musealização desses “novos” povos, debatendo os termos em que devem ser convidados, também eles, a frequentar o espaço do museu, onde se juntarão – com proveito – aos “velhos” povos que já lá estão.

Bibliografia

ALVES, Vera, 2007, *'Camponeses Estetas' no Estado Novo: Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado de Propaganda Nacional*, Lisboa, ISCTE (Tese de Doutoramento em Antropologia).

BRANCO, Jorge Freitas, 1995, “Lugares para o Povo: uma Periodização da Cultura Popular em Portugal”, BRANCO, J. F. e LEAL, João (eds.), “Retratos do País. Actas do Colóquio”, *Revista Lusitana* (n.s.) 13/14, 145-177.

CASTELO, Cláudia, 2010, “As Missões do Centro de Estudos Políticos e Sociais”, Martins A. C. & T. Albino,

Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010, Lisboa, IICT, 90-94.

COELHO, F. Adolfo, 1993a (1880), “Esboço de um Programa de Estudos de Etnologia Peninsular”, *Obra Etnográfica, Vol. I, Festas, Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 677-679.

COELHO, F. Adolfo, 1993b (1896), “Exposição Etnográfica Portuguesa. Portugal e Ilhas Adjacentes”, *Obra Etnográfica. Vol. I. Festas, Costumes e outros Materiais*

para um *Etnologia de Portugal* (organização e prefácio de João Leal), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 703-736.

COELHO, F. Adolfo, 1993c (1896), "Tradições Populares Portuguesas. A Caprificação", *Obra Etnográfica. Vol. I. Festas, Costumes e outros Materiais para uma Etnologia de Portugal* (organização e prefácio de João Leal), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 559-569.

COELHO, F. Adolfo, 1993d (1901), "Alfaia Agrícola Portuguesa. Exposição da Tapada da Ajuda em 1898", *Obra Etnográfica. Vol. I. Festas Costumes e Outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 571-619.

CORREIA, Vergílio, 1936, "A Exposição de Arte Popular Portuguesa", *Diário de Coimbra*, 20 de Julho.

DIAS, A. Jorge, 1948, *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*. Porto, Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. Jorge, 1952, "Bosquejo Histórico da Etnografia Portuguesa", *Revista Portuguesa de Filologia* II, 1-64.

DIAS, A. Jorge, 1953a, *Rio de Onor. Comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto, Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. Jorge, 1953b, "Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa", *Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies*, Nashville, 51-65.

DIAS, A. Jorge, 1960, "Tentâmen de Fixação das Grandes áreas Culturais Portuguesas", *Estudos e Ensaios Folclóricos em Homenagem a Renato de Almeida*, Rio de Janeiro, 431-454.

DIAS, A. Jorge, 1964, *Os Macondes de Moçambique. Aspectos Históricos e Económicos*, Vol. I, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

DIAS, A. Jorge, 1964, *Museu Nacional e Museus Regionais de Etnologia*, Barcelos, Museu Nacional de Cerâmica.

DIAS, A. Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando, 1959a, *Sistemas Primitivos de Moagem*

em Portugal. *Moinhos, Azenhas e Atafonas. I. Moinhos de Água e Azenhas*, Porto, Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando, 1959b, *Sistemas Primitivos de Moagem em Portugal. Moinhos, Azenhas e Atafonas. II. Moinhos de Vento*, Porto, Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, & GALHANO, Fernando, 1963, *Sistemas Primitivos de Secagem e Armazenagem de Produtos Agrícolas. Os Espigueiros Portugueses*, Porto, Instituto de Alta Cultura.

DIAS, A. Jorge, & GALHANO, Fernando, 1953, *Aparelhos de Elevar Água da Rega*, Porto, Junta da Província do Douro-Litoral.

DIAS, A. Jorge, & DIAS, Margot, 1950, "A Encomendação das Almas", *Actas do XII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. 7ª Secção, Ciências Históricas e Filológicas*, T. VIII, Lisboa, 593-664.

DIAS, A. Jorge, & DIAS, Margot, 1956, "A 'Recomenda das Almas' como Elemento Cultural da Área Luso-Brasileira", *Douro Litoral* (7ª série) III-IV, 265-272.

DIAS, A. Jorge, & DIAS, Margot, 1964, *Os Macondes de Moçambique. Cultura Material*, Vol. II, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

DIAS, A. Jorge, & DIAS, Margot, 1970, *Os Macondes de Moçambique. Vida Social e Ritual*, Vol. III, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

GONÇALVES, Flávio, 1967, "Prefácio", Peixoto, Rocha, *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e de Arqueologia*, Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim, IX-LII.

GOUVEIA, Henrique Coutinho, 1997, *Museologia e Etnologia em Portugal. Instituições e Personalidades*, 2 vols., Lisboa, FCSH (UNL) (Tese de Doutoramento em Antropologia).

- GUERREIRO, Manuel Viegas, 1966, *Os Macondes de Moçambique. Sabedoria, Língua, Literatura e Jogos*, Vol. IV, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- LEAL, João, 2006, *Antropologia em Portugal: Mestres, Percursos, Transições*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LUPI, João, 1984, *A Concepção da Etnologia em António Jorge Dias. Teoria e Método no Estudo Científico da Cultura*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia.
- NEVES, José (ed.), 2010, *Como se Faz um Povo. Ensaios em História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Fundação EDP e Tinta-da-China, 125-137.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1971, *Apointamentos sobre Museologia. Museus Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1983, "Museu de Etnologia", *Da Comissão de Cartografia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). 100 Anos de História*, Lisboa, IICT 417-428.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1989, "O Museu de Etnologia", *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Mafra, ICOM, 55-68.
- PEIXOTO, Rocha, 1967, *Obras. Vol. I. Estudos de Etnografia e Arqueologia* (organização e prefácio de Flávio Gonçalves), Póvoa do Varzim, Câmara Municipal da Póvoa do Varzim.
- PEIXOTO, Rocha, 1990, *Etnografia Portuguesa (Obra Etnográfica Completa)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PEREIRA, Benjamim, 1989, "Ernesto Veiga de Oliveira o Museu de Etnologia", Baptista, F.O, J. P. Brito & B. Pereira (eds.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 555-568.
- PEREIRA, Rui, 1986, "A Antropologia Aplicada na Política Colonial do Estado Novo", *Revista Internacional de Estudos Africanos* 4-5, 191-235.
- PEREIRA, Rui, 1989, "Trinta Anos de Museologia Etnográfica em Portugal. Breve Contributo para a História das suas Origens", Baptista, F.O, J. P. Brito & B. Pereira (eds.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 569-580.
- PEREIRA, Rui, 1999, "Introdução", DIAS, A. Jorge, *Os Macondes de Moçambique. Aspectos Históricos e Económicos*, Vol. I. Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses – Instituto de Investigação Científica Tropical, V-LII.
- Pessanha, D. Sebastião, 1950, "Museus Etnográficos. IX", *Mensário das Casas do Povo* 48, 12-13.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1894/95, "Museu Etnográfico Português", *Separata da Revista Lusitana* III.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1915, *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*, Lisboa Imprensa Nacional
- VASCONCELOS, José Leite de, 1933, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1936, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1942, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, José Leite, 1996, *Signum Salomonis. A Figa. A Barba em Portugal. Estudos de Etnografia Comparativa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.